

Trégua interessa a Sarney e a Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Governo de um lado, Assembléia Nacional Constituinte de outro, como adversários? Falta lógica a esse confronto, pois a sorte de um está intimamente ligada à do outro. Se o governo não conseguir levar a transição democrática adiante, se sobrevierem agitações, ebulições e inusitados, a Constituinte não chegará a bom termo. Terá malogrado, ironicamente, até depois de haver promulgado a nova Carta, que passará a não valer nada. E vice-versa: ocorrendo um impasse na Assembléia Nacional Constituinte, com o prolongamento indefinido dos trabalhos, o primeiro atingido será o governo, que deixará de dispor de condições para assegurar a implantação democrática e estará à mercê do primeiro aventureiro que aparecer. Apesar dessa realidade cristalina, é o que vai acontecendo. Governo e Assembléia Nacional Constituinte estão em rota de colisão.

O presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, mesmo se não quisessem, teriam de ser aliados. Cada um disporá de visão peculiar do processo e, sem sombra de dúvida, interesses diversos. A retaguarda dos dois situam-se grupos e pessoas empenhadas em bombardear o outro lado, mas, no caso, seria bom que seguissem a estratégia uma vez acertada por Petrônio Portella e Tancredo Neves: você segura os seus radicais que eu seguro os meus.

Pelo governo, Saulo Ramos, Antônio Carlos Magalhães e outros auxiliares desenvolvem intenso tiroteio contra a Constituinte. Do lado da Constituinte, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e muitos mais são implacáveis na tentativa de torpedear o governo.

Cabe ao presidente Sarney e ao dr. Ulysses conter suas retaguardas, sob pena de fracassarem seus projetos maiores — um, de passar à História como o governante que assegurou a transição, mantendo plenas as instituições democráticas; outro, como o líder civil que conseguiu dar ordenamento jurídico e institucional à Nova República.

Queixas existem, lá e cá. Ulysses Guimarães ressentem-se do fato de o presidente da República não se ter integrado na Constituinte, mantendo-se à margem, aferrado apenas à tese dos cinco anos de mandato e, de uns dias para cá, sem poupar críticas ao trabalho de deputados e senadores. José Sarney, de seu turno, reclama porque o presidente da Assembléia Nacional Constituinte não evita nítida campanha de seus comandados contra o governo, através da tese dos quatro anos e uma série de outras iniciativas.

São experientes, ambos. Durante décadas, participaram na primeira linha dos embates e entrevistos políticos. Têm, por isso, plena consciência da realidade. Querendo ou não querendo, sabem que um depende do outro. Sem que entre na equação a candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, ou, no reverso da medalha, a pretensão de Sarney em permanecer cinco anos no Palácio do Planalto, a imagem que se faz é a dos dedos e dos anéis. Estes precisam ser entregues se for para a salvação daqueles.

O clima de guerra entre o go-

verno e a Assembléia Nacional Constituinte, assim, não é lógico. Mas existe. Impulsionado por fatos isolados, dos quais se tem a impressão de constituírem um plano adrede preparado, o entrevero precisa refluir, sob pena do fracasso das duas metas principais, a consolidação democrática e a elaboração rápida da nova Constituição. Fora disso será o imponderável.

Não há conflito entre civis e militares, ainda que, nas áreas castrenses, surjam reparos à conduta tanto do governo quanto da Constituinte. Só haverá perigo real de volta ao passado caso permaneça o confronto entre o Palácio do Planalto e o Palácio do Congresso. Nesse caso, os militares poderiam ser levados a uma posição de resistência surda a ambos. Não se fala dos ministros militares, é claro, fiéis ao governo, corretos em sua posição e muito mais do que apoiando só formalmente a transição democrática: estão solidários com ela. A referência, no caso, é para aquela massa impessoal sempre sensível a motivações de classe e ao espírito de corpo, ainda que levantadas por minorias.

Neste início de semana, a Assembléia Nacional Constituinte dá sinais de estar entendendo a gravidade da questão. Houve quórum, domingo, e ontem eram grandes as esperanças de rápida superação do primeiro buraco negro real, expresso pela discussão sobre a estabilidade no emprego. É provável que a matéria venha a ser deixada para a lei ordinária, superando-se um impasse de dias ou até semanas. Não vai dar, é evidente, para a nova Constituição estar promulgada em 21 de abril, mas, continuando o interesse de deputados e senadores em encontrar saídas para as dificuldades, talvez em maio os trabalhos tenham chegado ao fim. Muitos parlamentares entendem ser melhor fincar pé no substantivo e deixar os adjetivos para a legislação comum, na medida em que sentem a possibilidade do pior: se a Assembléia Nacional Constituinte enrolar e deixar passar os meses sem chegar a lugar algum, muito mais grave do que o presidente Sarney permanecer seis anos no poder, prerrogativa assegurada pela atual Constituição, será a perspectiva do caos.

Mas o governo parece disposto a manter a blitz sobre os constituintes. O dia mais tenso da semana passou a ser a sexta-feira, quando o presidente José Sarney vai para o pé do rádio falar menos para o povo e mais para deputados e senadores. Já são três programas seguidos de investidas diretas contra o trabalho da Constituinte. Estimulado por diversos de seus ministros, ele próprio dispara petardos e principalmente não segura os seus radicais. Dá a impressão de incentivá-los, quando se lançam na crítica veemente e até em acusações pessoais.

Assim estão as coisas. O bom senso indica a necessidade de uma trégua, um desarmamento de espíritos ou até de um armistício, como sugeriu o dr. Ulysses, no final da semana. Apesar disso, na Assembléia Nacional Constituinte e especialmente no governo as armas não foram ensarilhadas. Muito pelo contrário, continuam cuspidos fogo.

C.C.)